

# ESPLANADA GERAL

SINDSEP-DF

WWW.SINDSEP-DF.COM.BR

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO DF

E-MAIL: IMPRENSA@SINDSEP-DF.COM.BR



## A ONDE VAMOS?



A liderança do Governo insistiu, proibiu a entrada de servidores no Senado e acabou conseguindo, por uma pequena margem, aprovar o texto original da Câmara da reforma da Previdência às 6 horas da manhã de quinta-feira, após a comissão ter passado a noite inteira reunida.

Agora, nesta sexta-feira, dia 26 de setembro, o Governo editou uma Medida Provisória liberando a plantação da soja transgênica. Uma manifestação foi convocada para a frente do Ministério do Meio Ambiente e teve a participação da própria Ministra. Afinal, quem pode defender uma legislação cujo único mérito é beneficiar uma multinacional norte-americana (a Monsanto)? O SINDSEP esteve presente e está na luta para defender os direitos do povo e dos trabalhadores rurais.

O SINDSEP alerta para a gravidade da situação e para a necessidade de continuarmos com nossas lutas, contra a reforma da Previdência, pelo Plano de Carreira e por nosso reajuste salarial.

O nosso Sindicato continua do mesmo lado da barricada, onde sempre esteve, batalhando em defesa dos direitos dos servidores, contra as imposições do FMI que quer destruir esses direitos, contra as multinacionais que querem apenas explorar o Brasil.

VEM AÍ A III MARCHA CONTRA ESSA REFORMA DA PREVIDÊNCIA!  
AGUARDE INFORMAÇÕES

Veja novas informações do Jurídico, inclusive FGTS e outras questões no site do Sindicato.  
[www.sindsep-df.com.br](http://www.sindsep-df.com.br)



# CARREIRA COMEÇA COM REESTRUTURAÇÃO DE TABELAS

Porque um Plano de Carreiras? A maioria da categoria responderia: para melhorar o salário. É evidente a importância do Plano de Carreira para o desenvolvimento profissional do servidor, mas na atual conjuntura de uma remuneração fixa de oito anos, descongelada por um reajuste de 1%, a primeira necessidade é sair desse pesadelo. Assim, queremos uma tabela digna.

Em oito anos, o Governo anterior dividiu os servidores com reajustes diferenciados, burlando a isonomia constitucional mediante gratificações e a chamada "reestruturação de carreiras", o que na realidade significava um aumento diferenciado de vencimentos. Com isso, outras categorias, como os servidores do PCC, ficaram de fora já que não poderiam ter reestruturação de uma carreira que nunca tiveram.

Assim, na perspectiva de implantação futura de Diretrizes de Planos de Carreiras em estudo pelo Governo, esses servidores já começariam com uma tabela em desvantagem.

Portanto, a implantação



SERVIDORES DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO DURANTE REUNIÃO DE NEGOCIAÇÃO

de um Plano de Cargos e Salários, com uma recomposição de tabelas dessas categorias, tem de ser o marco inicial da instituição de carreiras. Um Plano de Cargos e Salários que incorpore todas as gratificações ao vencimento básico, com o fim de FCTs e gratificações de desempenho, que só servem para dividir servidores, e com a recomposição de vencimentos, equiparando-os àqueles das demais categorias.

Somente sobre uma nova tabela é que podemos discutir um verdadeiro Plano de Carreira, com a criação de novos cargos, com a abertura de concursos públicos e com o fim dos contratos de terceirização que são incompatíveis com a concepção de carreira. É necessária a instituição do mecanismo de ascensão funcional que motive o servidor ao crescimento dentro da estrutura do plano.

No entanto, companheiros, a conquista só se faz com luta. Foi assim que os servidores do Banco Central conseguiram, este mês, uma "recomposição de tabelas" com um percentual que oscila entre 3% e 43%, e também com o INSS, que reconquistou o direito ao seu PCS.

Vem aí a Campanha Salarial! Fortaleça o seu Sindicato! Vamos todos unidos fazer uma grande mobilização para o nosso Plano de

Carreiras com a implantação de um novo Plano de Cargos e Salários! Categoria unida é sindicato forte!

## SERVIDORES DO PLANEJAMENTO EM NEGOCIAÇÃO

Na sexta-feira, dia 26/9, as seções sindicais dos Blocos C e K do Ministério do Planejamento reuniram-se novamente com a Administração para novas discussões sobre a Pauta Específica de Reivindicações, entregue ao Ministro em 7 de janeiro de 2003. Na reunião, foram discutidas questões inerentes ao Programa de Saúde, já negociado e em fase de implantação no ministério, a ocupação de DAS por servidores da casa e a política de distribuição de FCTs para o ministério. De acordo com os delegados sindicais, as discussões avançaram e está outra reunião pautada para dentro de duas semanas.

## GOVERNO APRESENTA PROPOSTA DE AUMENTO DA GDACT

Na abertura da reunião, Cláudia Duranti, secretária de Recursos Humanos do MPOG, depois de explanar sobre supostos ganhos salariais da carreira desde sua implantação, apresentou uma proposta inicial que prevê aumento para 37% em dezembro de 2003,

42% em dezembro de 2004 e 50% em dezembro de 2005. Diante disso, os representantes do Fórum apontaram de maneira bastante veemente as seguintes contradições na apresentação da proposta do Governo:

1 - A proposta do Governo não partia do mesmo orçamento já acorda-

do e bastante debatido nas outras reuniões (R\$ 304 milhões).

2 - Com estes percentuais, o Governo estaria retirando do orçamento reservado para a carreira cerca de R\$ 28 milhões.

3 - A bancada do Governo, mais uma vez, não estava cumprindo com o acordado anteriormente, pois estaria partindo de valores orçamentários diferentes dos valores anteriormente passados para o Fórum.

4 - A bancada do Governo rompia com princípios já acordados com a bancada sindical, que partiam de percentuais iguais

de 40% em dezembro de 2003.

A secretária Claudia Duranti apresentou a seguinte proposta para aumento da GDACT para os servidores da ativa de todos os níveis:

- 40% em dezembro de 2003
- 42% em dezembro de 2004
- 50% em dezembro de 2005

A próxima reunião da Mesa de Negociação será na segunda-feira (29/9), às 16 horas.

O Fórum citou a necessidade premente das entidades sindicais promoverem assembléias para deli-

berar sobre a proposta do Governo até esta sexta-feira, 26 de setembro.

Estiveram presentes à Mesa de Negociação do dia 23/9, pela bancada do Governo: Claudia Duranti, Sandra Caresia e Vladimir Nepomuceño (SRH/MP), Gildenora Milhomem (SPOA/MF), Arno Augustin Fº, (Secretário Executivo Adjunto/MF), Edison Collares e Sandra Cabral (Casa Civil). Pelo Fórum: Asfoc, Assibge-SN, Ascapes, Asipen, Ascon-DF, ASCT, Assec-MG e Assec-RJ/N.B. Sintrasef, SindCT e Afinpi/N.B. Sintrasef - INPI.

# SEMINÁRIO SOBRE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

**Seminário sobre a reforma da Previdência teve a participação de intelectuais, economistas e servidores de todo o Brasil**

O debate sobre a reforma da Previdência, realizado no gramado central da Esplanada dos Ministérios no dia 23 de setembro, aconteceu debaixo de uma armarção de circo porque, conforme informamos no Jornal passado do SINDSEP, o presidente do Senado, José Sarney, suspendeu a reserva do Auditório Petrônio Portela, feita pelo senador Paulo Paim, para a realização do referido evento. Mesmo assim, os servidores de vários estados compareceram ao debate.

Os expositores convidados fizeram uma análise da situação política de forma geral e foram unânimes em dizer que a reforma da Previdência apresentada pelo Gover-



MESA QUE CONDUZIU OS TRABALHOS DURANTE O SEMINÁRIO SOBRE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

no e votada na Câmara é um retrocesso nos propósitos de uma previdência pública, com repartição, integralidade, paridade e com inclusão social.

O projeto em discussão agora no Senado representa os interesses do mercado financeiro, retirada de direitos, sobreta-

xação dos aposentados e pensionistas, bem como a destruição do estado brasileiro atendendo à lógica do estado mínimo, que Collor e FHC tanto tentaram complementar.

Após as exposições iniciais, os servidores presentes se pronunciaram sobre o assunto, além de

fazerem perguntas aos palestrantes. Ao final, foi reafirmada a importância da mobilização dos servidores e dos demais trabalhadores no sentido de tentar reverter no Senado o que foi aprovado na Câmara.

Para isso, será de fundamental importância a par-

ticipação de todos na **Marcha a Brasília no dia 15 de outubro**, devendo os servidores de Brasília se somarem de forma bastante representativa nesse dia. Para isso, o SINDSEP estará mobilizando a categoria e contando com a sua participação nas atividades que serão promovidas.

## REFORMA DA PREVIDÊNCIA NO SENADO FEDERAL

Na semana que passou, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal aprovou o texto original da reforma da Previdência na íntegra, como veio da Câmara. O relator, senador Tião Viana, e José Sarney, fizeram uma manobra regimental para votarem o relatório na quarta-feira e levaram a votação madrugada adentro (a votação aca-

bou às 6 horas da manhã de quinta).

Durante o processo de discussão na Comissão, servidores públicos, que queriam acompanhar o debate, foram novamente barrados na porta de entrada daquela casa, mostrando, mais uma vez, que o autoritarismo vai prevalecer, repetindo o que correu na Câmara dos Deputados. Essa se dizia uma casa do povo, agora ela está

sitiada, sem que os trabalhadores nela possam entrar para apresentarem suas posições de forma democrática.

Embora saibamos das dificuldades que o movimento tem para acompanhar as votações dentro do Senado, entendemos que é de fundamental importância nossa mobilização. Nesse sentido, o SINDSEP/DF pede a todos que fiquem atentos aos chama-

mentos que fará para pressionarmos os senadores durante as votações dos destaques no plenário daquela casa.

Dia 15 de outubro Marcha a Brasília contra a reforma da Previdência. Vamos dobrar o número de participantes nesse dia. Vamos todos às ruas mostrar nossa indignação contra o projeto do FMI e dos banqueiros.

### ATENÇÃO

#### PIS/PASEP

Informamos que a "pequena contribuição" do Pasep, que anteriormente era acrescentada ao contracheque, está sendo paga diretamente no Banco do Brasil, por tempo determinado, a partir do dia 17/9/2003. Os valores estarão sendo liberados para todos os cadastrados no Pasep (independentemente do número de finalização).



# MINISTÉRIO DA SAÚDE INSTALA MESA NACIONAL DE NEGOCIAÇÃO

O Ministério da Saúde instalou, no dia 25 de setembro, a Mesa Nacional de Negociação, composta por representantes do ministério, RH do MPOG e das entidades representativas dos servidores (Condsef, Fenasp e CNTSS). O objetivo dessa mesa é discutir a pauta de reivindicações apresentada pelas entidades durante o período da greve, ocorrida nos meses de julho e agosto.

A assembleia dos servidores do Ministério da Saúde, Funasa (campo e presidência), ocorrida no dia 23 de setembro, teve a participação de aproximadamente 80 companheiros. Foram dados os informes pela Condsef e SINDSEP sobre a audiência, ocorrida na semana anterior, em relação aos pontos apresentados no Jornal do Sindicato na edição passada, bem como na convocatória específica.

A principal resolução da assembleia foi a de que temos que nos mobilizar para ver atendidas nossas reivindicações e para fortalecer as entidades durante o processo de negociação, de forma



SERVIDORES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DURANTE A INSTALAÇÃO DA MESA NACIONAL DE NEGOCIAÇÃO

que possamos nos manter interados sobre os pontos que estarão sendo discutidos. O SINDSEP, junto com as delegacias sindicais da Funasa e do Ministério da Saúde, estará convocando novas assembleias. Fique atento e participe das atividades que irão ocorrer.

## INFORME DA AUDIÊNCIA NO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Entidades Presentes: **Condsef, Fenasp, CNTSS e CUT Nacional.**

Ministério da Saúde: **Ministro Humberto Costa, Eliane Pontes, Maria Luiza, Dr. Sábado Dr. Ivan.**

**Ponto 1** – Extensão do percentual de 47,11% do PCCS a todos os servidores

do Ministério da Saúde e suas vinculadas. Nesse ponto de pauta, o ministro Humberto Costa informou da determinação do ministério em entender esse percentual para os servidores do ministério e suas vinculadas, restando definir um cronograma de pagamento com os valores do

impacto na folha dos servidores que, segundo ele, são 156 mil servidores do Ministério da Saúde, ficando acertada a constituição de um grupo de trabalho para discutir e definir, tecnicamente, o tema e que no dia 30 de setembro de 2003 será assinado o protocolo dos 47,11%.

## IBAMA FAZ ASSEMBLÉIA E ENCAMINHA LUTAS

O SINDSEP-DF e a Asibama promoveram assembleia-geral extraordinária dos servidores do Ibama na quinta-feira, para discutir as reivindicações específicas do órgão e a participação no Encontro Nacional dos Servidores do Ibama e no Encontro Nacional do Departamento de Trabalhadores de Meio Ambiente (Dentma) da Condsef.

A assembleia teve a participação de cerca de 150 colegas e elegeu 15 delegados ao Encontro Nacional do Dentma. Foi

discutido em profundidade o processo de reenquadramento dos servidores na Carreira de Meio Ambiente. O MPO insiste em afirmar que o reenquadramento só pode ser feito por meio de projeto de lei, apesar de pareceres que mostram que é possível fazê-lo mediante portaria.

A mobilização dos servidores do Ibama, que foi ponta-de-lança da greve contra a reforma da Previdência, continua em alta e sinaliza novas e grandes vitórias.

## HFA PRECISA SER PASSADO A LIMPO

Os servidores do Hospital das Forças Armadas continuam mobilizados em prol de mudanças na Divisão de Pessoal Civil (DPC). Os métodos de gestão na DPC continuam os mesmos da época em que FHC mandava.

O descontentamento aumentou ainda mais devido aos critérios obscuros de distribuição de gratificações, que caracterizam verdadeiro uso privado de recursos da União para favorecer relacionamentos pessoais dos gestores. Infelizmente, o descontentamento generalizado, que atinge todos os funcionários de todas as categorias e níveis, não foi ainda suficiente para sensibilizar a direção do HFA, que continua a fazer vista grossa aos desmandos praticados na DPC.

Profissionais sérios e de reconhe-

cida experiência têm sido preteridos por conveniência política, não do Governo ou dos partidos políticos que o compõe, mas de grupinhos dentro da máquina administrativa do HFA. Isso tem ocorrido para privilegiar servidores que obtiveram pontuação mais baixa no sistema de avaliação vigente no órgão, em detrimento dos que têm melhor avaliação. Ou seja, o sistema de avaliação usado para reduzir o salário dos servidores não serve na hora de distribuir as gratificações.

A injustiça causa indignação e revolta. Embrulha o estômago. Será por isso que todos estão achando as refeições do HFA cada vez mais intragáveis, ou será que a comida também está piorando? O que a DPC tem a dizer sobre mais esse problema?